

O SINGULAR ENFRENTAMENTO À IDEOLOGIA COLONIAL DA COLECÇÃO “AUTORES ULTRAMARINOS” DA CASA DA ESTUDANTES DO IMPÉRIO¹

THE UNIQUE CONFRONTATION WITH THE COLONIAL IDEOLOGY OF THE “OVERSEAS AUTHORS” PUBLISHING COLLECTION OF THE EMPIRE STUDENTS’ HOUSE

*Inocência Mata*²

RESUMO

Tendo a CEI nascido sob os auspícios do então ministro das Colónias de Portugal, Vieira de Machado, como consagração da política de enaltecimento e defesa do império colonial, pode parecer paradoxal que uma instituição que era suposto funcionar como “triunfo do espírito português” pudesse gerar tantos cartuchos fracturantes da consciência histórica do regime. Um desses cartuchos, para além do Centro de Estudos Africanos (criado pelos estudantes da CEI, mas que não funcionava no espaço da CEI), foi a Colecção “Autores Ultramarinos”, em que, não obstante a designação, foram publicadas as obras mais emblemáticas da literatura anticolonial africana.

O objectivo deste artigo é revelar os meandros dessa orientação editorial e a sua relação com a “questão colonial” e como ela funcionou como uma estratégia para entrentar a violência da ideologia colonial cujo objectivo era a subalternização das identidades africanas.

PALAVRAS-CHAVE: Colecção “Autores Ultramarinos”; Casa dos Estudantes do Império; colonialismo; ideologia colonial; violência.

ABSTRACT

As CEI (*Empire Students' House*) was born under the auspices of Minister of Colonies of Portugal, Vieira Machado, in the early 40s of the 20th Century, as consecration of aggrandizement and defense policy of the colonial empire (FARIA, 1997, p. 2), it may seem paradoxical that an institution which was supposed to work as a “triumph of the Portuguese spirit” could generate as many divisive cartridges of historical consciousness of the regime. One such cartridges beyond the African Studies Centre (created by CEI students, but that did not work in the CEI space) is the Collection “Overseas Authors” in which, despite the name, the most emblematic works of African anti-colonial literature were published.

The purpose of this paper is to reveal the intricacies of this editorial guidance showing how it addressed the “colonial question” and served as a strategy to fight the violence of colonial ideology the aim of which was the subalternization of African identities.

KEYWORDS: “Overseas Authors” Publishing Collection; *Empire Students' House*; colonialism; colonial ideology, violence.

(...) nessa mesma Casa dos Estudantes do Império, reuniram-se involuntariamente os futuros carrascos e as futuras vítimas. Sempre houve disparidades...

Manuel dos Santos Lima

A Casa dos Estudantes do Império (CEI) tem sido, ao longo dos tempos, um assunto que mobiliza a atenção historiadores, sociólogos, politólogos e professores de literatura, grupo em que me incluo. Foi fundada em 1944, sob os auspícios do então ministro das Colónias de Portugal, Vieira de Machado, e, com a sua existência, o regime visava dar substância ao ideário do “triunfo do espírito português, trabalhando em prol da formação colonial da juventude”, nas palavras do então presidente de honra da Casa, Marcelo Caetano, à altura comissário nacional da Mocidade Portuguesa (CASTELO, 2010, p. 8). Essa instituição era, no entanto, o resultado da fusão operada pelo próprio regime, de outras Casas de Estudantes do “Ultramar” (Angola, Moçambique, Cabo Verde, Macau, Timor), para além da herança de todo o sentido ideológico da Casa de África³, como objectivo de um maior controlo da juventude estudantil. Os objectivos deste projecto do Estado Novo eram politicamente imperiais, no sentido em que a CEI “nascia como consagração da política de enaltecimento e defesa do império colonial portanto o coroar de uma espécie de consciência histórica do regime” (FARIA, 1997, p. 2).

Porém, a ideia que se tem é que a CEI se transformou num bumerangue, um foco de contestação. Neste contexto, pode parecer paradoxal

– *incomum*, ousaria dizer – que uma instituição que era suposto funcionar como “triunfo do espírito português” pudesse gerar tantos cartuchos fraturantes na consciência histórica do regime.

Com efeito, não obstante ter sido berço da elite política e nacionalista africana, talvez valha a pena desmistificar – ou, talvez, relativizar – a ideia de uma dinâmica monoliticamente subversiva da CEI. Muitos sócios activos da CEI recusam, ainda hoje, a ver a CEI como “um processo homogéneo, com ideais e propósitos claramente definidos” (MEDEIROS, 1997, p. 35); outros, como Manuel do Santos Lima, falam da ambiguidade da sua natureza afirmando que

(...) nessa mesma Casa dos Estudantes do Império, reuniram-se involuntariamente os futuros carrascos e as futuras vítimas. Sempre houve disparidades... é absolutamente falso pensar que, porque um centro de intercâmbio e de troca de ideias, fosse algo em que houvesse unidade ou semelhança entre os componentes que frequentavam a Casa. (LIMA, 1997, p. 153)

É que o espaço da CEI era realmente ambíguo – ou melhor, ambivalente, e isso também o reconhecem hoje os seus antigos sócios que, não obstante se saberem vigiados, faziam com que no espaço da CEI funcionassem redes de afectos e de sociabilidades solidárias: por exemplo, conta-se que terá sido na CEI “que Amílcar Cabral recebeu as suas primeiras roupas para enfrentar o frio de Lisboa a que não estava habituado”, segundo informação de Tomás Medeiros em um depoimento (FERREIRA, 2013, p. 461). É por isso que os antigos sócios referem essa ambiguidade da CEI que tanto se manifestava pela perspectiva da CEI como “um dos poucos oásis de democracia e de liberdade que ainda sobreviviam no vasto deserto colonial-fascista (QUERIDO, 2015, p. 117) quanto como “palco da reconstrução metafórica das sociedades coloniais de origem e cenário do mimetismo cultural resultante de uma estadia mais ou menos prolongada em Lisboa (LIMA, 2015, p. 97).

Qual será, então, a dimensão *incomum* dessa história num contexto de enfrentamentos impostos pelo Estado Novo?

Essa dimensão *incomum* da história colonial-fascista consistia no facto de, não obstante a sua natureza consentânea com o regime, nesse “projecto” haver muitos cartuchos, sendo porventura o mais inócuo deles o facto de que “a CEI permitiu que não poucos estudantes africanos pudessem manter o equilíbrio psíquico, algumas vezes ameaçado pela violência do desenraizamento, e sobretudo pela descoberta das condições tão particulares do racismo português” (MARGARIDO, 2014, p. 25).

No entanto, o verdadeiro primeiro cartucho desagregador foi a criação, em 1953, do Centro de Estudos Africanos pela primeira geração de estudantes africanos da CEI – a chamada “geração de Cabral”, nas palavras de Mário Pinto de Andrade (pelo facto de quase todos os elementos

desse grupo geracional terem tido um papel importante na história de seus países), a saber: Amílcar Cabral, Francisco José Tenreiro, Agostinho Neto, o próprio Mário Pinto de Andrade, Alda Espírito Santo, Noémia de Sousa, Aquino Bragança, Marcelino dos Santos, Vasco Cabral, entre poucos outros. Tão ambígua era a natureza da CEI, entre o situacionismo e o espírito subversivo, que os fundadores, sócios da CEI, decidiram que o Centro funcionaria em outro lugar, na rua Actor Vale, no 37, em Lisboa, apartamento em que vivia Alda Espírito Santo, a casa da “tia Andreza”, como ficou carinhosamente conhecida por todos os estudantes a inquilina que a todos tratava como “sobrinhos”.

O Centro de Estudos Africanos, que era “acima de tudo um movimento intelectual e cultural” (FERREIRA, 2013, p. 464), foi um instrumento de abordagem contra-hegemônica à “política ultramarinista” do poder colonial na medida em que propunha um outro olhar sobre a África. Foi também para os próprios estudantes uma viragem na forma como passaram a perspectivar a “questão colonial”, como se pode constatar nos textos da *Mensagem* (Lisboa) pois a partir de então surge a preocupação, herdada pela geração seguinte, a “geração da utopia” (manifesta na intensa actividade editorial dos anos 60, como se verá), pelo conhecimento de África, então desconhecida pelos africanos escolarizados, educados no sistema colonial português. O Centro de Estudos Africanos foi, portanto, espaço-tempo de consciencialização: por ele, os estudantes começaram a conhecer as suas terras e as suas gentes, conhecimento gerador de uma retórica de resistência em relação ao colonialismo e à ditadura.

Do mesmo ano de 1953 data a antologia, vulgarmente denominada “caderno”, *Poesia Negra de Expressão Portuguesa*, organizada por Mário Pinto de Andrade (prefácio) e Francisco José Tenreiro (posfácio), publicação que se institui como a primeira manifestação assumida da negritude de língua portuguesa, não obstante os poemas intensamente negritudinistas de *Ilha de Nome Santo* (1942), de Francisco José Tenreiro, anteriores aos de *Anthologie de la Poésie Nègre et Malgache*, de Léopold Senghor, de 1948, com o emblemático prefácio de Jean-Paul Sartre, “Orphée Noir”, considerado por sua vez um dos textos fundacionais do movimento da *négritude*. Datam ainda desse período, antes da prisão dos seus membros – enfim, da dispersão dessa primeira geração da CEI, por prisão ou por deserção em finais dos anos 50 – os ensaios sobre a questão colonial, sobre a sociedade colonial, sobre os problemas socioeconómicos das colónias, sobre o estado do mundo (com o advento da guerra fria), sobre a literatura negra norte-americana, sobre a literatura “ultramarina”, ensaios que eram publicados na revista *Mensagem* (primeiro boletim e, depois, revista da CEI, entre 1948 e 1964).

O segundo cartucho que contribui para a dimensão *incomum* desta instituição é o facto de ter sido editora de uma série de publicações que contribuíram para a constituição sistematizante das literaturas nacionais africanas. Tanto as seis antologias poéticas (reeditadas em 1994 pela

ACEI e em 2015 pela UCCLA) quanto a colecção “Autores Ultramarinos” (reeditada pela UCCLA em 2015), de que se publicaram vinte e dois volumes (reeditados no ano passado, 2015), são o resultado de uma intensa actividade editorial que contraria a intenção imperial da CEI.

Com efeito, o processo de afirmação dos sistemas literários africanos foi-se desenrolando a par do aparecimento de antologias literárias, nas colónias e na metrópole, e corresponde a um processo de recepção de determinados textos literários como *corpora* configuradores de sistemas autónomos e individualizados no espaço da língua portuguesa. Das seis antologias, quatro têm a mão de Alfredo Margarido, uma de Carlos Eduardo (*Poetas Angolanos*, 1959) e uma que apareceu como separata da *Mensagem*, de Orlando Albuquerque e Victor Evaristo, *Poesia em Moçambique* (1951). As antologias organizadas e prefaciadas por Alfredo Margarido são: *Poetas Moçambicanos* (1960) e *Poetas de Moçambique* (1962), *Poetas Angolanos* (1962) e *Poetas de S. Tomé e Príncipe* (1963). Tendo em conta que a colecção se publicou, na verdade, de 1960 a 1964⁴, deve assinalar-se que a esta peculiaridade subversiva que se manifestava em edições juntam-se dois fenómenos: o primeiro diz respeito ao facto de essa efervescência editorial, que coincidiu com a “dispersão” da primeira geração, se manifestar precisamente no período da regularização pós-1957 (no final da primeira Comissão Administrativa, imposta pelo regime, em 18 de Janeiro de 1957, com a “eleição” de novos corpos directivos da Casa). É que logo após o “resgate” da Casa pelos sócios, estes entregaram-se, através da Secção Cultural da Casa, a um intenso activismo cultural (e político também, mas esse clandestino, em concertação com agências do exterior, como se vê com a fundação dos movimentos de libertação e da CONCP – Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas, fundada em Abril de 1961 em Rabat, Marrocos, impulsionada por Amílcar Cabral e Aquino de Bragança). Internamente a face visível dessa actividade multifacetada, em interlocução com os que já estavam dentro (em Luanda e em Lourenço Marques) e fora (Paris, Argel, Rabat, Conacri, Brazaville sobretudo) manifestou-se na actividade editorial através da qual ousaram afirmar identidades literárias nacionais.

É nesse sentido que as antologias então publicadas se distanciam claramente dos propósitos da primeira publicada em 1951, *Poesia em Moçambique*, da autoria de Orlando Albuquerque e Victor Evaristo. Com efeito, note-se que nesta primeira antologia – *Poesia em Moçambique* – os autores revelam a consciência da temeridade político-ideológica da preposição alternativa, a preposição *de*, que poderia ser o determinativo de uma nacionalidade literária (MATA, 2015a, p. 21), optando pela preposição *em* que, no contexto, surgia mais anódina. Os autores até explicitam essa incapacidade de voo subversivo na sua nota final em que parecem justificar-se quando falam de “coisas’ moçambicanas”:

O primeiro pensamento dos organizadores desta separata especial (primitivamente número) de “Mensagem” foi o de

o dedicar à “*cultura moçambicana*” em geral (*passo o arrojo da expressão*). (ALBUQUERQUE e EVARISTO, 2014, p. 16. Sublinhados meus)

Pelo contrário, as antologias posteriores – *antologias-mosaico*, como lhes chamaria Alfredo Margarido – utilizaram com arrojo essa expressão de nacionalidade: *Poetas Angolanos, Poetas de S. Tomé e Príncipe, Poetas de Moçambique*. Aliás, é precisamente Alfredo Margarido, autor de quatro delas, a assumir que por elas se pretendia afirmar a autonomia das literaturas dos *países-colónias* pela revelação de autores “nacionais” a fim de construir “a autonomia da produção cultural de cada país” (Margarido, 1994, p. 16), mesmo que – acrescento eu – “em muitos sócios da CEI a ideia de país fosse ainda muito difusa, pelo menos até 1961” (MATA, 2015a, p. 20).

E chegamos ao segundo elemento deste cartucho que torna ainda mais *incomum* o enfrentamento anticolonial dos intelectuais africanos através dessa série de antologias sistematizadoras de nacionalidades literárias: o facto de as antologias mais assertivas em termos identitários, isto é, “consideradas fundacionais dos sistemas literários africanos” (MATA, 2013, p. 114) terem sido organizadas por um português, o incontornável sócio da CEI Alfredo Margarido. Um dos mais multifacetados e prolíferos intelectuais do seu tempo, então sem qualquer vivência africana (tê-la-ia, sim, mais tarde, de forma compulsória, em Angola e no Príncipe, como degredado), Alfredo Margarido também foi na CEI, juntamente com o angolano Carlos Ervedosa, o grande dinamizador cultural e editorial: a ele se devem as mais ousadas críticas desconstrucionistas da visão colonial das produções africanas. É também o único português a integrar a colecção “Autores Africanos”, com dois ensaios *Negritude e Humanismo* e *Canções Populares de Nova Lisboa*, ambos os volumes de 1964 (aliás, os últimos), sobre a qual afirmaria muitos anos depois:

(...) o importante era por isso reduzir o número de autores coloniais em proveito de uma representação mais deliberadamente africana. Quer dizer que a produção literária devia ser acompanhada por uma manifesta posição política, que reconhecesse a independência nacional e a hegemonia da sua consciência nacional (MARGARIDO, 2014, p. 28)

A colecção “Autores Ultramarinos” é dos mais estranhos produtos de um fenómeno de bumerangue no âmbito da luta contra a ditadura colonial-fascista. Com uma etiqueta, hoje e então, ambígua (e porventura ambivalente, como se verá), *Ultramar* corresponderia, na geopolítica imperial, ao termo francês *Département*, que definia um estatuto recusado por muitos intelectuais do Caribe, como foi o caso de Frantz Fanon – razão por que se afastaria de Aimé Césaire que apoiava o estatuto de *département d’outre-mer* atribuído à Martinica (e a outras ilhas do “Caribe francês” e a Reunião, ilha na costa oriental de África) através de uma lei de que o

próprio Césaire seria relator, em 1946; aliás, essas diferenças entre esses dois vultos da Martinica acentuar-se-iam ainda mais quando Césaire faria campanha pelo “sim” da *departamentalização* no referendo organizado pelo general De Gaulle, em 1958 (MATA, 2015b, p. 8). Ora, ainda em 1960, Carlos Ervedosa, editor da colecção e um dos primeiros estudiosos da literatura angolana, numa entrevista concedida a outro sócio, Tomás Medeiros, afirmava:

A ideia da publicação das Colectâneas veio na sequência da nova directriz encetada pela CEI no ano passado – a *ultra-marinação da Casa*. Dentro dessa directriz competia ao seu Departamento Cultural a divulgação dos valores culturais ultramarinos, como sejam o conto e a poesia, que ainda são do desconhecimento do meio metropolitano e até ultramarino.

(...)

A Secção Cultural da CEI publicando as suas Colectâneas e organizando os seus Colóquios tem procurado separar o trigo do joio, de forma a colocar nos seus devidos lugares os legítimos representantes da *jovem literatura ultramarina*. (ERVEDOSA, 1960, p. 4-5. Sublinhados meus)

Assumida essa postura como “missão” que de Luanda Ervedosa teria recebido (de António Jacinto designadamente), é caso para dizer, com Alfredo Margarido, que “as publicações da CEI eram deliberadamente contra o regime e sobretudo contra a legitimidade colonizadora” (MARGARIDO, 1994, p. 18).

Por outro lado, deve notar-se que, à época, “a designação “ultramarina” já constituía uma “evolução” na visão da autonomia literária, por oposição à “literatura colonial”, incentivada, através de concursos para diferentes modalidades genológicas, pelo regime através Agência-Geral das Colónias (depois Agência-Geral do Ultramar). O que parece paradoxal é que, não obstante a designação, na Colecção “Autores Ultramarinos” foram publicadas as obras mais emblemáticas da literatura anticolonial africana, pelos seus mais representativos escritores, contrariando a lógica da sua fundação: de Angola – Agostinho Neto, Viriato da Cruz, António Jacinto, Luandino Vieira, Henriques Abranches, António Cardoso, Arnaldo Santos, Gonzaga Lambo; de Moçambique – José Craveirinha (e, antes, João Dias); de Cabo Verde – Ovídio Martins (e, antes, Aguinaldo Fonseca); e de Portugal – Alfredo Margarido.

Como se pode ver, de “filha da Mocidade Portuguesa”, nas palavras de Marques Pereira em artigo de 1946 publicado no boletim da Mocidade Portuguesa⁵, a CEI – que tinha como presidente de honra Marcelo Caetano – transformou-se num lugar de fermentação anticolonial e anti-salazarista, acabando por ser também, como a face jovem do *império* que era, um “lugar de memória anticolonial” (CASTELO, 2010). E é nessa “dissonância na consonância” que a CEI albergou uma das comunidades mais

incomuns desse período: a dos estudantes “ultramarininos e metropolitanos” (MESQUITA, 1957), isto é, portugueses e imperiais (africanos, timorenses, macaenses e até goeses), estudantes situacionistas (como Mano Mesquita, escolhido pelo regime quando da imposição de 1957) e estudantes subversivos (como esses outros citados) constituindo-se como um dos mais ideológicos *entrelugares* do Estado Novo e do imperialismo colonial português.

Macau, Outubro de 2016/ Outubro de 2017

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTELO, Cláudia. “A Casa dos Estudantes do Império: lugar de memória anticolonial”. In: *7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos - 50 anos das independências africanas: desafios para a modernidade: Actas*. Lisboa: CEA, 2010.

ERVEDOSA, Ervedosa. Conversando com Carlos Ervedosa. Entrevista a Tomás Medeiros. *Boletim Mensagem*, Ano III, nº 3/4, p. 4-5, mar-abr. 1960.

FERREIRA, Pedro. “Casa dos Estudantes do Império: pelo regime e contra o regime”. In: Maria Fernanda Rollo (Coord.), *Atas do I Congresso de História Contemporânea*. Lisboa: Rede de História Contemporânea, Instituto de História Contemporânea-UNL, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX-UC, 2013.

LIMA, Manuel dos Santos. Recordando a CEI. *Mensagem (1944-1994)* – Número especial. Lisboa: UCCLA, p. 97-98, 2015.

MARGARIDO, Alfredo. A literatura e a consciência nacional. *Antologias de Poesia da Casa dos Estudantes do Império*. Vol 1: Angola e S. Tomé e Príncipe. Lisboa: UCCLA, 2014.

MATA, Inocência. *A Casa dos Estudantes do Império e o lugar da literatura na consciencialização política*. Lisboa: UCCLA, 2015a.

MATA, Inocência. A pertinência de se ler Fanon, hoje (Prefácio). In: FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2015b.

MATA, Inocência. “Literatura-mundo em português: encruzilhadas em África”. In: *1616: Anuario de Literatura Comparada* 3. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2013, p. 103-118.

MEDEIROS, Tomás. Prolegómenos de uma história (verdadeira) da CEI. *Mensagem (1944-1994)* – Número especial, Lisboa: UCCLA, p. 33-42, 2015.

MESQUITA, Marques Mano. “Missão da Casa dos Estudantes do Império”. *Boletim* – Casa dos Estudantes do Império. Ano I – nº 1, Novembro de 1957.

QUERIDO, Jorge. “O espírito da CEI”. In: *Mensagem (1944-1994)* – Número especial, Lisboa: UCCLA, p. 117, 2015.

Recebido para publicação em 02/02/2018

Aprovado em 09/03/2018

NOTAS

1 Este artigo é uma versão da comunicação “*A incomum experiência* da Casa dos Estudantes do Império (CEI) e da Coleção “Autores Ultramarinos”, apresentada no X Congresso Internacional da American Portuguese Studies Association (APSA), Universidade de Stanford, 13-15, 2016, subordinado ao tema *Comunidades Incomuns*, no painel “Experienciar a convivialidade do *incomum* nas literaturas em português/ Experiencing the conviviality of the *uncommon* in the literatures in Portuguese”.

2 Professora da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa na área de Literaturas, Artes e Culturas, tendo sido directora do Programa de Pós-graduação de Língua e Cultura Portuguesa em PLE. É doutora em Letras pela Universidade de Lisboa, com doutoramento em Estudos Pós-coloniais pela Universidade de Califórnia, Berkeley. É investigadora do Centro de Estudos Comparatistas da Universidade de Lisboa. Presentemente tem uma licença especial para o exercício de funções transitórias em Macau, Universidade de Macau, como Professora Associada do Departamento de Português, de que foi subdirectora. Possui experiência na área de Letras (Literaturas em Português, Literaturas Africanas em Português, Estudos Culturais e Dinâmicas Interculturais e, sobretudo, Estudos Pós-coloniais), sendo autora de livros de ensaios na área de literaturas em português e estudos culturais e pós-coloniais. É membro de associações de especialidade nacionais e internacionais e membro Correspondente da Academia das Ciências de Lisboa - Classe de Letras, da Academia Angolana de Letras e da Academia Galega de Língua Portuguesa.

3 Acerca da polémica sobre a fundação da Casa de África, reitero o que já escrevi: “As informações sobre esta Casa de África são um tanto contraditórias havendo muitos estudiosos (como o veterano da Casa Tomás Medeiros, numa mesa-redonda realizada na FLUL no dia 05 de Maio de 2014) que afirmam ser a CEI uma herança da Casa de África. Esta ideia é refutada por Pires Laranjeira na Introdução aos dois volumes da edição fac-similar dos números da *Mensagem*, de 1996 (“Uma Casa de mensagens anti-imperiais”, 1996: xvii), que afirma ser a CEI o resultado da fusão das Casas de Angola, Moçambique e Cabo Verde, convergindo porém as duas opiniões para a anterioridade da Casa de África, nos anos 20. A questão dos antecedentes da CEI é também abordada ao longo do ensaio *Linha estreita da liberdade: a Casa dos Estudantes do Império* (Lisboa: Edições Colibri, 1997), em especial no 2º capítulo dedicado à fundação da CEI. Porém, afirma Iva Cabral em “Amílcar Cabral: apontamentos para uma biografia” que em 1949 Amílcar Cabral cria, em Lisboa, com Mário Pinto de Andrade e outros africanos, a “Casa de África” (Cabral, 2: www.fmsoares.pt). A questão é: de que Casa de África se trata?” (MATA, 2015, p. 7)

4 É importante notar que aqueles que se apresentam como os dois primeiros livros da coleção, *Linha do Horizonte*, do cabo-verdiano Agualdo Fonseca, e *Godido*, do moçambicano João Dias (à altura já falecido) foram publicados em 1951 e 1952, respectivamente, tendo sido cooptados pela Coleção por razões políticas e estratégicas.

5 In: *Boletim do Comissariado Nacional*. Vol. VI, nº 4- 1946, Lisboa (p. 321).